

Professores discutem rumos da educação jurídica

MARINA ITO*

RESUMEN

El presente texto forma parte de la cobertura periodística de un evento en el que especialistas en educación jurídica discutieron nuevas formas de enseñar el Derecho. En el encuentro, realizado en una facultad de Derecho de Rio de Janeiro, Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, cuya propuesta metodológica es diferente de la enseñanza jurídica tradicional, los profesores enfatizaron la importancia de pensar un nuevo modelo basado en el desarrollo de ideas en lugar de simplemente reproducir las ya existentes. También discutieron la demanda de los propios alumnos de ingresar en el mercado de trabajo, a través de prácticas, y de recibir preparación para los exámenes de la “Ordem dos Advogados” y los concursos públicos de la carrera judicial, por ejemplo, juez, fiscal y defensor.

PALABRAS CLAVE

Derecho - Educación - Mercado de trabajo - Metodología - Exámenes.

Education specialists discuss new ways of teaching Law

ABSTRACT

The following piece is part of the journalistic coverage of an event in which law education specialists discussed new ways of teaching Law.

* Licenciatura en Comunicación y Periodismo (UFMG).

In the meeting –that took place in the FGV Direito Rio, Getulio Vargas Foundation Law School in Rio de Janeiro, whose metodological proposal is different from the traditional law teaching– the professors emphasized the importance of thinking about a new model based on the development of ideas instead of simply replicating the existing ones. They also discussed the students’ demands: accessing the job market through traineeship, and receiving preparatory course for taking the Advocates Order and Public Law Service Exams, judge, district attorney and defense, for instance.

KEYWORDS

Law - Education - Job market - Methodology - Exams.

O mundo está evoluindo e o ensino do Direito parece ter parado no tempo.

É preciso dar uma sacudida nas faculdades. Pensando nisso, professores se reuniram, na quarta-feira (18/8), no Rio de Janeiro, para dar início a uma série de debates sobre a educação jurídica no país. “Temos que começar a decodificar nós mesmos”, resumiu o professor Joaquim Falcão, diretor da FGV Direito Rio, onde aconteceu o seminário *O Futuro da Educação Superior em Direito no Brasil*.

O encontro também contou com a participação do professor da Harvard Law School, Mangabeira Unger, que alertou para a necessidade de um “projeto ambicioso”, com novos conteúdos e metodologias, incluindo temas não tradicionais ao Direito nacional, além de modificar o ensino do Direito global, capacitar os estudantes para a prática profissional e para desenvolver o pensamento, ao invés de apenas importá-lo. Para o professor, o obstáculo mais difícil para alcançar tal projeto é o “colonialismo mental”, já que há o costume de se seguir modelos já prontos.

O professor Joaquim Falcão afirmou sobre as dificuldades de se propor algo diferente, citando como exemplo a própria Escola de Direito da FGV. Na faculdade, a carga horária é maior, sendo que até o terceiro ano, os alunos têm aula em período integral. Falcão afirmou da pressão

do mercado e até do meio social para que o aluno comece a estagiar. O diretor também citou o mestrado profissional em Poder Judiciário oferecido pela faculdade. Ele afirmou que, na área do Direito, só havia mestrado acadêmico, cenário que começa a mudar.

O presidente da Associação Brasileira do Ensino do Direito (ABEDi), professor Evandro Menezes de Carvalho, explicou para a revista *Consultor Jurídico* que a ideia é discutir, nos próximos cinco encontros regionais da associação, os temas debatidos no seminário no Rio. Ele avalia que as faculdades têm se transformado em mais uma preparação para concurso, deixando de lado situações fáticas. Ou seja, o conteúdo das aulas é estático, enquanto o Direito é dinâmico.

A associação também pretende discutir o papel do professor. Hoje, constata, há um privilégio de professores que têm o poder de dizer o Direito, como o juiz, por exemplo. “Têm que ter professores advogados, juízes e promotores”, afirma. Mas faz a ressalva de que é preciso também ter profissionais que estejam livres para dizer o que é preciso ser dito, sem se preocupar com as repercussões na área em que atuam. “O profissional do meio jurídico, que não tem receio de fazer crítica, está desaparecendo”, disse.

Para Evandro Menezes, os desafios para o ensino jurídico são muitos. Ele observa que as faculdades ainda têm os códigos como referências, sem se conectarem com a realidade. Também chama a atenção para a necessidade do professor estar preparado para lidar com a tecnologia, como o uso de redes sociais, por exemplo.

No seminário, o professor e membro da ABEDi, Roberto Fragale, entende que a agenda da associação deva ser a da reinvenção. “É preciso pensar a educação como um todo”, lembrando que é preciso discutir graduação e pós-graduação. Também é necessário refletir o papel do Direito e do ensino superior no país.

AMPLIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, Maria Paula Dallari Bucci, voltou a afirmar que é preciso ampliar e muito a oferta de cursos superiores. A secretária disse não ser verdade que

o país já está abastecido de pessoas para cuidar de uma litigiosidade que, antes, não aparecia.

A questão, para Maria Paula, continua a ser a de fiscalização dos cursos que existem, cobrando qualidade das instituições de ensino. A secretária afirmou que não só a OAB, mas outras instituições, como a própria associação de ensino e sindicatos podem provocar o MEC para acompanhar a qualidade dos cursos de Direito no país.

Fecha de recepción: 10-02-2011.

Fecha de aceptación: 16-06-2011.